

Absolvição traz insegurança, adverte Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), protestou ontem contra a absolvição, em segundo julgamento, de Vitalmiro Bastos de Moura, identificado pelo assassino como mandante da morte da freira Dorothy Stang, em 2005, na cidade de Anapu (PA). A senadora disse que o resultado desse segundo julgamento causa perplexidade e traz uma insegurança muito grande a várias pessoas da região, que continuariam ameaçadas de morte devido aos embates pela posse da terra.

Virgílio aponta negligência em tragédia

O naufrágio de um barco que resultou na morte de mais de 50 pessoas no rio Solimões poderia ter sido evitado se o condutor tivesse informações sobre a existência, no local do acidente, do fenômeno conhecido como rebojo, que coloca em risco as barcas que nele são envolvidas. A observação foi feita pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que responsabilizou a Capitania dos Portos do Amazonas pela falta de sinalização e o comandante por haver transportado passageiros em barco sem licença.

PLENÁRIO APROVA 24 PROJETOS

- ▶ **SEGURANÇA DE PASSAGEIROS DE AVIÃO** é o principal objetivo de três propostas
- ▶ **LAVAGEM DE DINHEIRO** pode ser combatida com projeto que vai à Câmara
- ▶ **GARIMPEIRO GANHA ESTATUTO**, que disciplina profissão, direitos e deveres

Páginas 3 a 5



José Cruz

Apesar do esforço dos senadores, a pauta voltou a ser obstruída com a leitura de oito medidas provisórias, entre elas a que proíbe venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais

General deve falar sobre política indigenista

Comissão de Relações Exteriores aprova convite a Augusto Heleno para analisar demarcação. **Página 6**

Fim da urgência para projeto dos sacoleiros?

Sugestão de Aloizio Mercadante é apresentada em audiência pública no Senado. **Página 7**

Governo só recebeu 1% das multas aplicadas pelo TCU no ano passado

Professor Bruno Wilhelm sugere categorias de punição mais efetivas para envolvidos em irregularidades no uso de recursos públicos. Garibaldi defende fiscalização diária do Legislativo sobre gastos. **Página 8**

Audiência cobra aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

A urgência no exame do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara dos Deputados foi defendida por todos os participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto foi aprovado pelos senadores em 2005 e, desde então, aguarda a deliberação dos deputados. Na opinião do professor Carlos

Alves Moura, secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a demora no exame da matéria priva a população negra de direitos básicos.

Presente ao debate, o relator do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara, deputado Antônio Roberto (PV-MG), manifestou seu empenho para a rápida votação da proposta.



Morieira Matiz



J. Freitas

Debate reúne Bruno, Paulo Bernardo, Garibaldi, Quintanilha, Casagrande e Cláudia Safatle

Carlos Alves Moura, Carlos Santana, Edson Santos e Paulo Paim durante audiência na CDH

Impresso Especial

5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Congresso Nacional realiza sessão solene para comemorar a primeira participação do Brasil no Ano Polar Internacional

“Uma gota derretida se reflete no futuro de toda a Humanidade”

O Congresso Nacional realizou na manhã de ontem sessão solene para comemorar a primeira participação do Brasil no Ano Polar Internacional – um conjunto de ações científicas no Ártico e na Antártica. O programa envolve mais de 200 projetos, com milhares de cientistas que analisam uma série de tópicos nas áreas da física, da biologia e da pesquisa social.

A sessão, realizada por requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e da deputada Maria Helena (PSB-RR) – respectivamente presidente e vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Programa Antártico Brasileiro –, foi dedicada à memória da professora da Universidade Federal do Paraná Edith Susana Elizabeth Fanta. Pioneira do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), Edith Fanta faleceu ontem em Curitiba.

Na presença de pesquisadores



Luiz Antônio Barreto, Cristovam Buarque e deputada Maria Helena

de universidades e centros de pesquisa de todo o país, além de representantes da Marinha do Brasil, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, os parlamentares frisaram que a participação do Brasil no 4º Ano Polar Internacional é fruto dos bons resultados obtidos pelos trabalhos científicos realizados pelo país naquele continente. Também destacaram a importância de se garantirem recursos para a continuidade desses trabalhos,

considerados fundamentais para a compreensão dos fenômenos climáticos do mundo.

– O gelo é símbolo. Da mesma maneira que o que acontece com qualquer pessoa no planeta hoje repercute para toda a Humanidade, cada gota derretida em qualquer dos pólos se reflete no nosso futuro – disse Cristovam.

Flávio Arns (PT-PR) e César Borges (PR-BA) também destacaram a importância das pesquisas na Antártica.

Augusto Botelho ressalta importância das pesquisas

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou ontem, em Plenário, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), por ocasião da abertura do 4º Ano Polar Internacional. O senador, que não pôde comparecer à sessão do Congresso pela manhã, afirmou que o Ano Polar é um evento “do mais alto significado científico”, organizado pelo Conselho Internacional

para a Ciência e pela Organização Meteorológica Mundial, que envolve mais de 200 projetos, com milhares de cientistas de mais de 60 países.

Embora esta seja a quarta edição do Ano Polar, é a primeira vez que o Brasil participa do programa, que ocorreu nos biênios de 1882/83, 1932/33 e 1957/58.

Augusto lembrou que, graças às



Augusto Botelho aponta “alto significado científico” do Ano Polar Internacional

pesquisa na Antártica, é possível, por exemplo, melhorar a previsão do tempo no Brasil.

Arns defende projeto que facilita acesso de deficiente visual a livros

O senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu no Plenário projeto de sua autoria que autoriza o poder público a disponibilizar pela internet os arquivos digitais (em áudio ou impressos na linguagem braile) dos livros adquiridos por programas governamentais. A proposta (PLS 111/08) tramita na Comissão de



Flávio Arns é autor de projeto que tramita na CCT

Comunicação e Informática (CCT), onde aguarda o voto do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O objetivo do projeto é ampliar o acesso dos deficientes visuais aos livros.

– Esta restrição que acontece é claramente um obstáculo à acessibilidade, uma barreira de comunicação para o acesso à informação – frisou Arns.

João Vicente Claudino celebra 150 anos da Maçonaria no Piauí

A Maçonaria do Piauí foi homenageada por João Vicente Claudino (PTB-PI). O senador lembrou que este ano serão celebrados os 150 anos de fundação, naquele estado, da 135ª Loja maçônica brasileira, a Caridade II. A sede da loja maçônica, localizada no centro de Teresina, é um patrimônio histórico da capital, tendo sido tombada pelo Insti-



João Claudino cita membros ilustres da entidade

tuto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por sua beleza arquitetônica e pelos fatos históricos ali ocorridos, relatou o parlamentar.

João Vicente Claudino citou membros ilustres da entidade que desempenharam papel relevante na história do Brasil, como os intelectuais Sílvio Romero, Tobias Barreto e Clóvis Bevilacqua.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Marconi Perillo (PSDB-GO), César Borges (PR-BA) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

Seminário no Interlegis

Às 9h será realizado o seminário *Reforma Tributária e Transparências Fiscais a Estados e Municípios*.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Tião Viana, Romeu Tuma e Mão Santa

Garibaldi: depoimento de Dilma é suficiente para encerrar CPI

As informações oferecidas na quarta-feira ao Senado, pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, são suficientes para encerrar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. A opinião foi manifestada ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

– Eu acho que a ministra respondeu satisfatoriamente a todas as questões. Creio que, a essa altura, não remanesce nenhuma questão. Se não houver nenhum fato novo que venha a ser apresentado, nós diríamos que a CPI, com esse

depoimento, pode marchar para sua conclusão – disse.

Na avaliação de Garibaldi, “a opinião pública está querendo a verdade e isso não pode demorar mais, porque se sabe que, quando as coisas numa CPI tomam determinado rumo, isso se torna irreversível”.

– Essa CPI está marchando para o fim e deve ser cautelosa para que se tenha um fim honroso para o Congresso Nacional, apurando tudo que for necessário, mas encerrando também na hora que está se fazendo necessário encerrar – declarou o presidente do Senado.

Para Virgílio, ministra evitou esclarecimentos

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que a ministra Dilma Rousseff “se aproveitou de um momento infeliz” do senador José Agripino (DEM-RN) para evitar prestar esclarecimentos sobre as denúncias de elaboração de um dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao questionar a ministra, José Agripino citou declaração dada por ela numa entrevista em que afirmou que, ao ser presa durante a ditadura militar, mentia aos torturadores. Dilma rebateu dizendo que mentiu para salvar a vida de companheiros, que mentir sob tortura não era fácil e que se orgulhava de seu passado.

Agripino afirma ter sido mal interpretado ao citar declaração

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou ter sido mal interpretado pela imprensa ao mencionar, durante a exposição da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na quarta-feira, declaração em que ela afirma ter mentido sob tortura durante a ditadura militar.

– Deixei clara a minha solidariedade por ela ter sido presa e torturada durante o regime que eu combati. Num momento importante de minha vida pública, fui o primeiro governador do Nordeste a declarar que não



José Agripino

votaria no candidato do meu partido porque ele não tinha compromisso com as eleições diretas. Rasguei as minhas carnes em nome do interesse do Brasil. Com o meu gesto, garantiu-se a vitória de Tancredo. Depois de mim, vieram todos os outros – ressaltou.

O senador se referiu ao seu rompimento com o PDS durante a transição para o regime democrático, no início da década de 1980. À época, Agripino era governador do Rio Grande do Norte.

Agripino disse ainda que seu temor é que “casos como o do caseiro Francenildo se repitam no caso do dossiê”.

Alvaro: perguntas básicas sem resposta



Alvaro Dias

A ministra Dilma Rousseff não respondeu às perguntas básicas em relação ao dossiê sobre utilização de cartões corporativos durante o governo Fernando Henrique. Foi assim que o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) resumiu, em Plenário, o depoimento de Dilma no Senado.

No entanto, em sua opinião, Dilma Rousseff saiu “politicamente fortalecida” do debate e sua indicação pelo presidente Lula como sua sucessora poderá “ganhar força”.

Propostas abrem possibilidade de criação e aumento de tarifas para diminuir congestionamento do tráfego aéreo e da infra-estrutura em determinados aeroportos

Três projetos sugeridos pela CPI do Apagão Aéreo são aprovados

Os senadores aprovaram três projetos da CPI do Apagão Aéreo, do Senado, que investigou a crise aérea de 2006 e 2007.

Um dos projetos (PLS 702/07) obriga as companhias aéreas a fornecer, imediatamente, a lista de passageiros em caso de acidentes aéreos. O texto altera o dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) que estabelece que toda pessoa que tiver conhecimento de acidente de aviação tem o dever de comunicá-lo à autoridade pública mais próxima e pelo meio mais rápido.

O código determina também que a autoridade pública com conhecimento do fato deve comunicá-lo imediatamente à autoridade aeronáutica mais próxima, sob pena de ser responsabilizada por negligência. O PLS 702 passa a exigir tais obrigações também das empresas aéreas.

O PLS 703/07 também altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem em aeroportos congestionados. O operador desse aeroporto poderá, com autorização da autoridade de aviação civil, alienar, mediante leilão, direitos de pouso e decolagem em datas e horários específicos (*slots*). Os *slots* deverão integrar o patrimônio de seus titulares e



Fotos: José Cruz

Senadores votaram medidas para desafogar aeroportos congestionados em horário de pico

poderão ser livremente negociados em mercado secundário, de acordo com o projeto. No período abrangido pelos *slots*, aeronaves que não sejam titulares dos direitos somente serão autorizadas para pousos de emergência.

As autoridades de aviação civil e de controle do tráfego aéreo poderão limitar ou reduzir temporariamente pousos e decolagens em determinados aeroportos, a fim de promover a segurança da aviação civil ou da infra-estrutura aeroportuária.

Já o PLS 704/07 trata da desoneração das tarifas aeroportuárias e aeronáuticas, autorizando sua gradação conforme a saturação e

a época do ano ou o horário de utilização desses serviços.

O projeto altera o Decreto-Lei 1.896/81, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e a Lei 6.009/73, que trata da utilização e exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea, revogando as leis 7.920/89, 8.399/92 e 9.825/99. Essas leis tratam, respectivamente, da criação de adicional de tarifa aeroportuária, da destinação dos recursos originados por adicional tarifário desse setor, e do recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da tarifa de embarque internacional.

Acolhida proposta que visa melhorar segurança de vôo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, ontem, projeto que visa disciplinar o uso de balizadores aéreos de obstáculos nas zonas de proteção dos aeroportos civis e militares, bem como em heliportos, para aumentar a segurança dos vôos de aeronaves (PLS 664/07). A proposta é de Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Com parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), também foi acolhido projeto de lei da Câmara (PLC 1/08) que inclui, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do trecho rodoviário de ligação entre a BR-290, em São Gabriel, e a BR-293, em Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul.

Garimpeiro vira profissão e ganha estatuto com direitos e deveres

O projeto que cria o Estatuto do Garimpeiro (PLC 15/08) foi aprovado ontem para estabelecer direitos e deveres para esses trabalhadores. A proposta determina que a garimpagem e a venda dos minerais extraídos, para serem exercidas legalmente, deverão ter a permissão do Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). A matéria vai a sanção.

De acordo com o MME, autor da proposta, a formalização da atividade permitirá a implementação de programas de apoio e fomento ao setor. Para o governo, “o grande número de garimpos clandestinos leva a problemas como evasão fiscal, descompromisso com o meio ambiente, a saúde e a segurança no

trabalho e, é claro, a marginalização social do garimpeiro”.

O estatuto estabelece que os garimpeiros terão de exercer as atividades como: autônomo; em regime de economia familiar; individual (com formação de relação de emprego); contratado em parceria (instrumento particular registrado em cartório); ou em cooperativa. Também obriga a recuperação das áreas ambientalmente degradadas pelo garimpo.

A matéria institui o Dia Nacional do Garimpeiro, em 21 de julho, e intitula o bandeirante pioneiro Fernão Dias Paes Leme como patrono da categoria. Para o senador João Ribeiro (PR-TO), relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), os garimpeiros são os “bandeirantes contemporâneos”.

Lei transformará parque nacional em monumento

O projeto que altera a categoria da Unidade de Conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas (PLC 21/08) foi aprovado ontem pelo Plenário. A atração está localizada nos municípios de Pancas e Águia Branca, no Espírito Santo.

A proposta, já acolhida pela Câmara, vai à sanção presidencial. O relator na CMA foi o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Imigrante italiano terá dia nacional

O Plenário aprovou projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano, celebrado em 21 de fevereiro (PLS 340/99). Nessa data, em 1874, chegaram ao porto de Vitória, a bordo do navio *Sofia*, as primeiras 380 famílias italianas para se estabelecerem no estado.

A matéria, acolhida pelo Senado em 2000, teve que ser reexaminada pela Casa porque foi emendada na Câmara dos Deputados.

Terreno público vai ser doado aos ocupantes

Emenda da Câmara a projeto (PLS 234/03) que autoriza a União a doar parte de um terreno em Manaus às pessoas que já o ocupam foi aprovado pelo Plenário.

Assim, acaba uma pendência de 50 anos, pois a Lei 3.419/58, que permitia a doação, exigia que parte da área serviria para a construção de patronato de menores, com ambulatório e serviço de merenda escolar. Nunca cumprida, a exigência foi retirada da lei pelo projeto, que vai à sanção.

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a quatro propostas que tornam mais rígida a legislação sobre os crimes de lavagem de dinheiro.

Uma das principais medidas, conforme destacou Simon, foi a ampliação dos casos que podem ser caracterizados como lavagem de dinheiro. Nesse contexto, apontou como inovação mais importante a extinção da lista de crimes antecedentes – delitos discriminados em lei, como o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo, sem os quais não se pode caracterizar a lavagem de dinheiro. Dessa forma, argumentou o senador, “bens, direitos e valores provenientes de qualquer infração penal poderão caracterizar a lavagem de dinheiro”.

O substitutivo determina ainda o aumento da pena máxima, de dez para 18 anos, e a penalização das pessoas que, em atividade econômica ou financeira, utilizarem bens, direitos ou valores que saibam – ou que deveriam saber – ser fruto de atividade ilegal. Na avaliação de Simon, as medidas oferecem mais instrumentos para repressão à lavagem de dinheiro. Ele observou que, da forma como está a legislação atual, “quem oculta ou dissimula a origem de valores provenientes de sonegação fiscal não comete crime de lavagem de dinheiro, pois a sonegação não se encontra no rol de crimes antecedentes”. As contravenções penais ligadas ao jogo do bicho também são exemplo de delitos que não constam dessa lista.

O parlamentar assinalou ainda a preocupação do substitutivo em permitir ao Ministério Público e às autoridades policiais “acesso mais fácil” a cadastros de empresas de telefonia, bancos, administradoras de cartões de crédito e provedores de internet. – Esse substitutivo tem o mérito de inserir o Brasil entre os países que possuem a chamada terceira geração de leis no combate à lavagem de dinheiro – enfatizou.

O texto foi elaborado a partir dos seguintes projetos: PLS 209/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE); PLS 48/05, do ex-senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT); PLS 193/06, do senador Romero Jucá (PMDB-RR); e PLS 225/06, apresentado pela CPI dos Correios. A matéria segue, agora, ao exame dos deputados.

Plenário aprova maior rigor lei

Relator, o senador Pedro Simon afirma que “Brasil entra para o grupo de países que possui legislação de terceira geração”



Senadores aproveitaram a ausência de medidas provisórias obstruindo a pauta para aprovar, por acordo de lideranças,

Só falta a sanção para que Filosofia e S

O Senado acolheu ontem o projeto que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias do ensino médio (PLC 4/08). Já aprovada pela Câmara, a matéria vai à sanção presidencial.

O projeto recebeu parecer

favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na terça-feira, e foi incluído na pauta do Plenário após aprovação de requerimento de urgência apresentado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Na discussão da proposta,

a senadora Ideli Saia (PSB-SC) saudou o retorno das disciplinas ao ensino médio após 40 anos depois de serem excluídas do currículo por decreto durante o regime militar que governou o país (1964-1985). As matérias foram, então, s

Senado concorda com extensão de pensão a servidores públicos vítimas do césio 137

Foi aprovado ontem, em Plenário, substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto que estende a aposentadoria especial concedida às vítimas do acidente nuclear com césio 137, ocorrido em setembro de 1987, em Goiânia, a todos os servidores públicos, civis e militares, vitimados pelo acidente.

Emendado no Senado, o projeto (PLC 27/04) voltará à Câmara. A principal modificação, segundo a senadora, foi o reajuste de R\$ 319 para R\$ 750 na pensão especial concedida às vítimas do acidente.

– Fizemos justiça a milhares de pessoas que não tinham mais a quem recorrer. São servidores que se envolveram no resgate das vítimas. É o reconhecimento de uma luta de mais de 20 anos – destacou Lúcia Vânia.

O projeto beneficia cerca de cem policiais

militares, do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas, os primeiros a ter atuação direta, e sem proteção, no local do acidente. Esses profissionais não foram incluídos na Lei 9.425/96, que concedeu pensão vitalícia aos atingidos pela radiação.

Terão direito ao benefício: vítimas com incapacidade parcial ou total para o trabalho; quem sofreu irradiação ou contaminação em doses superiores a 50 Rads; descendentes de pessoas expostas ao césio 137 que nasceram com alguma anomalia; pessoas irradiadas ou contaminadas que estiveram sob cuidados médicos da Fundação Leide das Neves até dezembro de 1996.

O acidente foi provocado após catadores de sucata e de papel terem aberto uma peça de equipamento de radioterapia abandonada com césio.

Legal na repressão à lavagem de dinheiro

ção”, abarcando a sonegação fiscal e o jogo do bicho entre os crimes que podem ser associados à tentativa de dar aspecto legal a dinheiro obtido ilegalmente



José Cruz

grande parte das propostas prontas para votação. Ao final da ordem do dia, porém, foram lidas oito MPs que, caso não sejam apreciadas, impedem a análise de outros projetos

Sociologia voltem ao ensino médio

lvatti (PT-
o das duas
médio, 37
excluídas
ecisão do
governou o
s duas ma-
substituídas

pela disciplina Educação Moral e Cívica. Ideli observou ainda que a proposição tramitava havia 11 anos no Congresso Nacional.

As duas disciplinas permitem à juventude acessar todas as matérias do conhecimento, per-

mite que se formem conceitos, caráter moral e que as pessoas tenham uma visão humanista. Fizemos um acordo e votamos o projeto por unanimidade. Hoje, fizemos um grande benefício à juventude brasileira – avaliou a senadora.

Senadores aprovam exigência de lei estadual para criação de cartórios

O projeto que exige lei estadual para a criação de novos cartórios notariais e de registro (PLC 07/05) foi aprovado ontem. A matéria vai à sanção.

Pela legislação atual, é o Judiciário, por meio de atos administrativos, que permite a realização de concursos para tabelião ou notário, que é o responsável pelo cartório.

De acordo com o projeto, compete ao Poder Executivo dos estados e do Distrito Federal a outorga de delegação para o exercício da atividade notarial e de registro. As normas relativas ao concurso público de provimento da delega-

ção também serão definidas em lei estadual.

A proposição, de autoria do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), determina que serão feitas por lei estadual “a criação, extinção, acumulação, desacumulação, anexação e desanexação de serviços notariais e de registro.”

Até 1988, os cargos de tabelião ou notário e registrador eram “hereditários”. Com a promulgação da Constituição, em outubro daquele ano, passou a ser exigida aprovação em concurso para o exercício do cargo. O projeto altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/94).

Autorizados créditos de US\$ 1,27 bi para ampliação do metrô paulista

São Paulo já pode tomar empréstimos de US\$ 1,27 bilhão junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e ao Sumitomo Mitsui Banking Corporation. Quatro autorizações nesse sentido foram aprovadas ontem pelo Senado (projetos de resolução 15, 17, 18 e 20/08). Os recursos destinam-se ao metrô e à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que os investimentos no transporte ferroviário de passageiros da capital paulista deverão aumentar a capacidade do metrô paulistano, cuja lotação chega, nos horários de pico, a 8,5 pessoas por metro quadrado.

O Senado também autorizou a União a contratar crédito de US\$ 7,15 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Mato Grosso do Sul, Piauí e Santa Catarina

A capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, foi autorizada pelo

Senado (PRS 16/08) a contratar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) empréstimo no valor de US\$ 19,382 milhões para o Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande.

Com a autorização aprovada pelos senadores (PRS 19/08), Chapecó, em Santa Catarina, poderá obter empréstimo de US\$ 14,750 milhões junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) para o Projeto de Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó.

Os senadores por Santa Catarina, Neuto de Conto (PMDB), Raimundo Colombo (DEM) e Ideli Salvatti (PT), saudaram a aprovação do projeto de resolução. Ideli lembrou que Chapecó é um pólo da agroindústria e, por isso, as obras previstas vão melhorar o trânsito na cidade.

Já o Piauí poderá firmar termo aditivo de ratificação e retificação ao contrato de compra e venda de ações celebrado com a União em 1999 para incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil. Com a medida (PRS 5/08), a União excluirá o Banco do Piauí do Programa Nacional de Desestatização.

Novos cargos em tribunais do Trabalho

O Plenário aprovou ontem três projetos que criam ou transformam cargos em comissão na Justiça do Trabalho. O primeiro deles, PLC 122/07, cria cargos na secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 23ª Região, em Mato Grosso. A proposta foi apresentada em 2003 pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Os PLCs 17/08 e 16/08 tratam, respectivamente, de cargos nos TRTs da 5ª região (Bahia) e da 12ª região (Santa Catarina).

Marechal Osório no Livro dos Heróis da Pátria

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem projeto que inscreve o nome do Marechal Osório no Livro dos Heróis da Pátria (PLC 110/07). O relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), foi favorável à matéria. O texto vai à sanção presidencial.

Também foi acolhido projeto de resolução que denomina “Senador Antonio Farias” o edifício da Secretaria de Telecomunicações do Senado (PRS 95/07).

Oito MPs voltam a trancar pauta do Plenário

Depois de serem votadas 24 matérias, a pauta do Plenário voltou a ser obstruída com a leitura de oito medidas provisórias encaminhadas pela Câmara, todas com prazo de apreciação vencido. Medidas nessa situação têm prioridade sobre todas as outras proposições.

Entre elas está a MP 415/08, que proíbe a venda de bebida alcoólica às margens de rodovias federais. A Câmara mudou a proposta, para permitir a venda nas estradas quando cruzam cidades.

Comandante militar da Amazônia e ministro da Defesa serão convidados para debate com integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

General Heleno e Jobim falarão no Senado sobre política indigenista

O comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, será convidado a expor à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a sua preocupação a respeito da demarcação de 1,7 milhão de hectares de terras indígenas em Roraima, na região de fronteira. Também deverá falar sobre a questão o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Dois requerimentos para a realização dessas audiências públicas foram aprovados ontem. A defesa do primeiro, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi feita por Pedro Simon (PMDB-RS). Logo em seguida, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento para o comparecimento de Jobim, que se



Comissão acolheu requerimentos defendidos por Suplicy (E), Pedro Simon e Fernando Collor

colocou à disposição para prestar esclarecimentos sobre a questão, segundo relatou o senador.

Três outros requerimentos foram ainda acatados pela CRE. O primeiro, de Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da comissão, solicita audiência com o ministro Marcos Vilaça, do TCU, sobre a possibilidade de revisão das tarifas pagas pelo Brasil pela



utilização da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu.

Outro requerimento, de João Tenório (PSDB-AL), sugere audiência a respeito de questionamentos internacionais ao programa brasileiro de biocombustíveis. O terceiro requerimento aprovado, de Fernando Collor (PTB-AL), é de voto de louvor pelos 200 anos do Corpo de Fuzileiros Navais.

Governo federal ameaça Roraima, diz Mozarildo



Mozarildo diz que alertara sobre conflito

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a posição do governo federal frente ao atual conflito na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde conflitos vêm ocorrendo em razão da retirada da população não-indígena das áreas demarcadas.

– Roraima hoje é um estado ameaçado pelo governo federal – observou.

O senador é contrário à demarcação das terras indígenas de forma contínua, modelo defendido pelo governo e apoiado, segundo Mozarildo, pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), que, conforme lembrou, foi criado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão da Igreja Católica brasileira.

– Pois bem, o governo fez e nós alertamos que iria haver conflito – disse Mozarildo.

Delcídio quer regras para exploração de minérios



Delcídio: regulamentação vai evitar problemas

O governo precisa atuar na regulamentação da exploração de recursos naturais em terras indígenas, segundo Delcídio Amaral (PT-MS). O parlamentar se pronunciou em aparte ao discurso de Mozarildo Cavalcanti.

Delcídio afirmou que não questionava o direito de exploração de minérios e madeira nas terras indígenas, mas observou que é fundamental que essas atividades sejam disciplinadas para evitar problemas e transtornos.

O senador disse que as dificuldades enfrentadas pelos indígenas da reserva Raposa Serra do Sol são verificadas em outras localidades do país.

– A questão indígena tem de ser encarada com absoluta seriedade e rigor. Posso falar isso porque Mato Grosso do Sul é o segundo estado em população indígena no Brasil.

Suplicy comemora previsão de aumento na produção agrícola

Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que aponta uma nova quebra de recorde na produção agrícola. Segundo o parlamentar, o órgão previu que a safra 2007/2008 deverá atingir 140,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6,8% em relação à safra 2006/2007.

– Esse recorde deve ser mais comemorado porque o mundo está preocupado com o desabastecimento alimentar em função da produção de biocombustíveis – disse Suplicy, acentuando que a perspectiva de obtenção do recorde é fruto da política agrícola adotada pelo Poder Executivo e da capacidade empreendedora dos produtores rurais.

Avanço

Suplicy parabenizou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pelo avanço nas votações na Casa esta semana. Considerou ainda que a exposição



Suplicy também parabenizou líder do governo por avanço nas votações

da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), na quarta-feira, contribuiu para o aperfeiçoamento das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. A ministra falou sobre as obras do PAC e a elaboração de um suposto dossiê sobre gastos com cartões corporativos do governo Fernando Henrique.

– Foi um passo relevante na história das nossas relações. Felizmente, estamos avançando, para o bem do povo brasileiro.

Jayme Campos: produção de etanol não vai gerar falta de alimentos

Foram rebatidas ontem por Jayme Campos (DEM-MT) as insinuações feitas pelo presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, sobre o risco de desabastecimento mundial de alimentos causado pelo aumento da produção de etanol.

Na avaliação de Jayme Campos, a existência de grande quantidade de terras agricultáveis subutilizadas no Brasil e em vários outros países, ao lado da possibilidade de incorporação de novas tecnologias agrícolas que conciliem a crescente demanda por biocombustíveis com o incremento do plantio de alimentos, são fatores que afastam a hipótese de ocorrência de escassez mundial de alimentos.

Ressaltando a importância do uso de combustíveis renováveis na redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, em benefício da luta contra o aquecimento global, o senador considerou fundamental que entidades como a



“Produzir alimentos significa garantir a paz e a justiça social”, diz Jayme Campos

Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, ao mesmo tempo em que busquem fomentar a produção de alimentos, construam alternativas para que a crescente demanda por comida não signifique um novo avanço sobre as reservas naturais do planeta.

– Produzir alimentos não representa riscos para o futuro; ao contrário, significa garantir a paz e a justiça social – destacou Jayme Campos.

Flexa Ribeiro rebate críticas a projeto sobre replantio na Floresta Amazônica

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu-se ontem da acusação de apresentar proposta para reduzir “a zero” a Floresta Amazônica. Segundo afirmou o parlamentar, o sentido do PLS 110/05 está sendo desvirtuado pelas organizações ambientalistas e tendo

uma cobertura “equivocada” da mídia.

De acordo com a imprensa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Greenpeace e o Fórum de ONGs apelidaram a proposta de “Floresta Zero”, porque reduziria a área de

reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de eucalipto e outras espécies.

No entanto, Flexa Ribeiro nega que sua iniciativa tenha a intenção de reduzir a área de reserva legal de 80% para 50%. O que o senador afirma é que, aprovado o

projeto, a área de plantio continuaria em 20% de cada propriedade. Ele argumentou, porém, que, na faixa de reserva legal, a área já desmatada poderia ser replantada com plantas “exóticas”, ou seja, não pertencentes à cobertura florestal original.



Gerardo Magela

Dornelles destaca papel do Reporto para a recuperação dos portos

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) festejou a iminente entrada em pauta do Projeto de Lei de Conversão 10/08, proveniente da Medida Provisória 412/07, que trata da prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, o Reporto. Segundo o parlamentar, não é a solução definitiva, mas uma sinalização para os empresários do setor, preocupados em ampliar sua competitividade.

Dornelles explicou que o Reporto suspende por cinco anos tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Importação incidentes sobre equipamentos destinados aos portos.

– A desoneração pode repre-



“Desoneração pode ampliar investimentos e melhorar logística do comércio exterior”

sentar uma redução entre 25% e 30% no custo dos investimentos nos portos, elo final da cadeia logística que viabiliza o comércio exterior. O regime permitiu que fosse investido R\$ 1 bilhão na modernização portuária desde 2005 – acrescentou.

Ideli ressalta ações do governo na área da indústria

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou o lançamento da política industrial na próxima segunda-feira, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro. Ela afirmou que a política contém medidas como desoneração tributária, ampliação de crédito e de incentivo para vários setores econômicos.

Na terça-feira, informou a senadora, será realizado o primeiro Fórum de Competitividade da Cadeia Têxtil e de Confecção, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na ocasião,



Senadora destaca lançamento da política industrial e fórum da área têxtil

disse, será debatido o acordo de salvaguardas com a China, que se encerra este ano.

Ideli Salvatti ressaltou que é o setor industrial que mais oferece primeiro emprego e proporciona 1,7 milhão de postos de trabalho, com três a quatro empregos indiretos para cada um direto.

Jarbas Vasconcelos afirma que Lula usa PAC como campanha eleitoral

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) acusou o presidente Lula de estar utilizando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como instrumento de campanha política. Na opinião do senador, a Justiça eleitoral deve enquadrar o presidente e seus ministros que fazem do programa um “palanque eleitoral”.

Segundo Jarbas, o presidente Lula, ao falar do PAC em Pernambuco e no Amazonas, teria alertado a oposição de que “poderia tirar o cavalinho da chuva” porque o governo iria fazer seu sucessor. Na opinião do parlamentar, o PAC é usado para eleger também prefeitos e vereadores.

– Se isso não é campanha eleito-



“Justiça eleitoral deve enquadrar ministros e presidente”, reclama o senador

ral, não sei mais o que é – disse. Jarbas comentou ainda que o depoimento da ministra Dilma Rousseff não esclareceu declaração que fez acerca de documentos sobre o uso de cartões corporativos no governo passado.

Instituição do Regime de Tributação Unificada (RTU) para importações via terrestre do Paraguai ainda está longe do consenso exigido para uma matéria em regime de urgência

Mercadante propõe suspensão da urgência do “projeto dos sacoleiros”

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs que seja retirada a urgência constitucional, solicitada pelo Executivo, para o projeto que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) para mercadorias importadas por via terrestre do Paraguai (PLC 27/08).

A proposta teve o apoio imediato do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), e do relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Tasso Jereissati (PSDB-CE). Esse foi um dos principais resultados da audiência pública da CAE, CCJ e CRE, que também evidenciou a polêmica em torno do projeto.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a alíquota pode ser muito



Marco Maciel (E) comanda debate que ouviu Clecy Lionço e Jorge Rachid, da Receita Federal

alta para quem não paga tributos e, por isso, atua na ilegalidade. A ausência de isonomia de tratamento com outros países foi questionada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apontou que o problema se verifica também na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, enquanto José Sarney (PMDB-AP) defendeu projeto de sua

autoria que dispensa a cobrança, no Amapá, do IPI de produtos que utilizem matéria-prima local. Os senadores já apresentaram dezenas de emendas à matéria.

Segundo o PLC 27/08, o RTU terá uma alíquota de 42,25% para microempresas inscritas no Simples, com cota anual para importação de R\$ 240 mil. Fica proibida a importação de armas, munições, bebidas, cigarros, entre outros.

Bahia e Espírito Santo podem ter novas ZPEs

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou relatórios favoráveis à criação de duas zonas de processamento de exportação (ZPEs) – na Bahia e no Espírito Santo (PLSs 716/07 e 132/08, respectivamente). Foram acatados ainda pareceres favoráveis à criação de um fundo de desenvolvimento (PLS 713/07) e de um pólo de desenvolvimento (PLS 686/07), ambos no Rio Grande do Sul.

A pedido da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi adiada a leitura do relatório sobre a recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Senadores da região que não puderam estar presentes à reunião solicitaram o reagendamento.



Haddad (E) conversa com Cristovam, Flávio Arns, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini

Ministro recebe propostas para educação

O relatório do ciclo de audiências organizadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi apresentado ontem ao ministro da Educação, Fernando Haddad. As idéias sugeridas durante os seis meses de debates partiram de empresários, reitores e profissionais da educação.

O presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que o documento é “pro-

positivo” e reúne sugestões por setores, para o Brasil inteiro.

O senador do Distrito Federal apontou a má qualidade do ensino de base como o maior problema da educação no país.

Também estavam presentes à reunião, realizada no Ministério da Educação, as senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), além do senador Flávio Arns (PT-PR).

Mário Couto assume liderança da Minoria

Mário Couto (PSDB-PA) assumiu a liderança da Minoria no Senado, que engloba o PSDB e o DEM, no lugar de Demostenes Torres (DEM-GO). O parlamentar paraense foi saudado por Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Aprovado embaixador para Santa Lúcia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o nome de João Batista Cruz para representar o Brasil em Santa Lúcia. Foi acolhida ainda a indicação do embaixador na Rússia, Carlos Paranhos, para exercer, cumulativamente, o cargo na Geórgia e no Uzbequistão. O embaixador no Zimbábue, Raul de Taunay, foi também aprovado para acumular a função no Malauí.

Paulo Duque: Senado é motivo de orgulho

Paulo Duque (PMDB-RJ) afirmou ontem que o Senado representa o Brasil com toda a sua diversidade.

– O Senado é o Brasil. Tem que ser orgulho para qualquer um que se sente nesta cadeira. Não devemos nos impressionar com as manchetes com escândalos, mas com a imagem que fabricamos e levamos à opinião pública – ressaltou.

Presidente do Senado, ministro do Planejamento e especialistas participam em comissão de ciclo de debates sobre controle interno e externo da aplicação de recursos públicos

Apenas 1% das multas aplicadas pelo TCU em 2007 foi recebido, diz professor

De quase R\$ 500 milhões em multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2007, contra empresas contratadas pela administração federal e gestores públicos envolvidos em irregularidades, apenas 1% entrou nos cofres do Tesouro Nacional. A informação foi apresentada ontem pelo professor Bruno Wilhelm Speck, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em audiência que abriu o ciclo de debates "Controle público: instrumento de cidadania", promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Para o professor da Unicamp, a desproporção entre as multas aplicadas e o seu recolhimento ilustra o enorme descompasso entre a capaci-

dade do TCU de fiscalizar e imputar penalidades e a operacionalização da cobrança. Na fase de cobrança, como explicou, o processo fica na dependência de outras instâncias, como a Advocacia Geral da União (AGU). A iniciativa é afetada também por recursos apresentados à Justiça pelos envolvidos, que acabam favorecidos por medidas suspensivas mesmo quando já gozaram de ampla defesa.

Diante da ineficácia da cobrança, o especialista sugere ao TCU que opte preferencialmente por outras categorias de punição, de efeitos mais imediatos. No caso das empresas, lembrou que o órgão pode determinar que fiquem impedidas de contratar com a administração pública por até cinco anos. Quanto aos gestores, ob-

servou que estes podem ser proibidos de exercer funções públicas.

Decisões de mérito

Já o titular da 1ª Secretaria de Controle Externo do TCU, Gualter Ramalho Portella, observou que os órgãos de controle estão cada vez mais sob pressão da sociedade, sobretudo pela constância com que a mídia aborda escândalos relacionados ao desvio de recursos públicos. Ele reforçou as críticas à facilidade com que as decisões do tribunal são questionadas na Justiça.

– No que se refere ao mérito, não caberia qualquer apreciação das decisões. A manifestação da Justiça só seria cabível se o TCU tivesse deixado de garantir aos investigados o direito à ampla defesa e ao contraditório.



Márcia Kallume

Na audiência da CMA, Bruno Wilhelm, Paulo Bernardo, Garibaldi Alves, Leomar Quintanilha, Renato Casagrande, Gualter Ramalho e Cláudia Safatle

Garibaldi defende fiscalização diária do Parlamento

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considera a CPI um instrumento notável de investigação, mas entende que mais eficaz é a fiscalização diária do Legislativo sobre os gastos públicos. Ele defendeu essa idéia ao discursar no ciclo de debates na CMA.

– A primeira coisa que vem na cabeça do cidadão é que o Legislativo só trabalha eficientemente no que toca à fiscalização dos atos públicos quando ele cria uma comissão de inquérito. Nós sabemos que isso não é verdade. A CPI é um instrumento notável da democracia moderna, mas nem sempre é a solução. A função do Parlamento não se esgota numa CPI. Temos que dar passos e mais passos adiante porque não há nada de mais nobre e mais importante que a fiscalização dos gastos públicos pela sociedade, representada pelo Parlamento – declarou.

Ministro anuncia novo portal sobre convênios

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou que o governo está criando uma nova base de dados, via internet, para o registro de informações sobre os convênios de repasse de recursos federais para estados, municípios e entidades privadas. O Portal dos Convênios conterà desde o pedido de formalização do contrato até dados regulares sobre a prestação de contas das despesas. A informação foi prestada em audiência na CMA, na abertura do ciclo de debates sobre os modelos de controle externo e interno da aplicação dos recursos públicos no país.

Paulo Bernardo assinalou que o novo portal vai garantir meios efetivos de acompanhamento da execução dos convênios, via imprensa, pelos vereadores de cada localidade e pelos cidadãos.

Debate sobre o ingresso nos tribunais de contas

Novos critérios de acesso de ministros e conselheiros aos conselhos dos tribunais de contas foram defendidos na audiência da CMA. Participantes do evento apontaram como alternativa o ingresso por concurso público ou por progressão funcional dos integrantes dos quadros de analistas de auditoria dos tribunais.

– A força política não é mais adequada para [composição do quadro de conselheiros] órgãos de natureza técnica como são os tribunais – argumentou o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

O parlamentar lembrou que é autor de projeto que define como critério de acesso o concurso público.

O professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Bruno Wilhelm Speck defendeu a ampliação do número de conselheiros originários das carreiras de auditoria.

Deputadas terão acesso a material entregue pelo Orkut

Magno Malta (PR-ES) anunciou que as deputadas da Frente Parlamentar contra a Exploração Sexual de Crianças participarão da próxima reunião da CPI da



Magno Malta

Pedofilia, na terça-feira. Elas irão conferir imagens de páginas de usuários suspeitos de veicularem pornografia infantil no Orkut.

Para o presidente da CPI,

o Conselho Gestor da Internet precisa investir na prevenção desses casos. De acordo com o senador, as últimas cartilhas foram impressas pelo órgão há

oito anos. Hoje, Magno Malta vai a Montanha (ES) e, na segunda, a Niquelândia (GO) apurar denúncias feitas por crianças.

Áustria contribui com rodovia no ES

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou que hoje será firmado convênio entre o Espírito Santo e a região do Tirol (Áustria) para construção de rodovia que ligará a ES-080 à localidade de Tirol (ES). A obra está orçada em R\$ 6 milhões e os austríacos contribuirão com mil euros. A região capixaba foi colonizada por imigrantes da Áustria, em 1879, e visitada em 2007 pelo governador do Tirol austríaco, que se emocionou ao ouvir o dialeto falado, no Brasil, há mais de cem anos.

Piauí pede mais investimentos, reclama Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o governo federal investe pouco no Piauí, onde obras do Programa de Aceleração do Crescimento são raras.

O senador afirmou que o Programa Luz para Todos está paralisado no Piauí durante o governo Lula e reclamou obras prometidas que não foram realizadas, como barragens e estradas para escoar a produção de soja. O porto de Luís Correia, sua estrada de ferro e a ponte de Luzilândia também estão paralisadas, disse.

Rosalba: falta apoio a vítimas de enchentes no NE

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) cobrou do governo federal o repasse de recursos emergenciais aos municípios nordestinos atingidos por enchentes. Essas verbas, disse, são fundamentais para a manutenção de empregos na região.

– Inúmeras culturas foram devastadas pelas chuvas, não só no campo – afirmou, citando prejuízos na fruticultura e na criação de camarões.

Segundo ela, empresas da região também reclamam repasse dos créditos de exportação da Lei Kandir.

Paim destaca Territórios da Cidadania

Paulo Paim (PT-RS) elogiou o programa Territórios da Cidadania em áreas rurais pobres. A meta, informou, é atender 2 milhões de agricultores familiares. Neste ano, serão investidos R\$ 11,3 bilhões em 60 áreas que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) e pouco dinamismo econômico. Até 2010, pretende-se que esse número chegue a 120 "territórios".

Geovani quer estudo sobre idosos no ensino

Geovani Borges (PMDB-AP) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 15/08) que obriga os sistemas de ensino a inserir a temática dos idosos na educação escolar. Ele considera fundamental despertar os cidadãos para suas obrigações com os idosos, para que políticas públicas para essa população não percam eficácia. Geovani lamentou o aumento no número de abusos contra os idosos.